

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-4-2022.

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Daiana Santos, Fernanda Barth, Jonas Reis, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza e Mônica Leal. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 040/22 (Processo nº 0075/22), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 573/21 (Processo nº 1293/21), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 619/21 (Processo nº 1363/21), de autoria de Bruna Rodrigues; o Projeto de Resolução nº 008/22 (Processo nº 0212/22), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Resolução nº 007/22 (Processo nº 0209/22), de autoria de Cláudia Araújo; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 615/21 e 070/22 (Processos nºs 1353/21 e 0142/22, respectivamente), de autoria de Claudio Janta; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 526, 613 e 617/21 (Processos nºs 1196, 1351 e 1358/21, respectivamente), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 113/22 (Processo nº 0214/22), de autoria de Comandante Nádia e Pablo Melo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 106/22 (Processo nº 0205/22), de autoria de José Freitas; o Projeto de Resolução nº 009/22 (Processo nº 0220/22), de autoria de Kaká D'Ávila; o Projeto de Lei do Legislativo nº 612/21 (Processo nº 1350/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 046/21 (Processo nº 1205/21), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 102/22 (Processo nº 0200/22), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 104/22 (Processo nº 0203/22), de autoria de Moisés Barboza; o Projeto de Lei do Legislativo nº 055/22 (Processo nº 0101/22), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino. Também, foi apregoado o Ofício nº 944/22, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 009/22 (Processo nº 0216/22). Ainda, foi apregoado requerimento de autoria de Roberto Robaina, deferido pelo Presidente, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 075/18 (Processo nº 0665/18). A seguir, foi apregoado documento firmado por Fernanda Barth (Processo SEI nº 212.00024/2022-32), informando sua filiação ao Partido Social Cristão no dia primeiro de abril do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Dirceu Reis da Silva, presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia, que se pronunciou acerca das necessidades dos pacientes renais crônicos,

que dependem de diálise para sobreviverem. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, Airto Ferronato, Pedro Ruas, Jonas Reis, José Freitas, Aldacir Oliboni, Daiana Santos e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Ainda, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Dirceu Reis da Silva. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e um minuto às quinze horas e sete minutos. Em prosseguimento, foi apregoado o Processo SEI nº 122.00001/2021-56, de autoria de Cezar Augusto Schirmer, por meio do qual comunica ter retornado ao exercício do mandato no dia primeiro de abril do corrente, tendo o Presidente informado que cessara, em decorrência, o exercício da vereança por Pablo Melo. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Cezar Augusto Schirmer e a Hamilton Sossmeier. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se José Freitas, Claudio Janta, Aldacir Oliboni e Leonel Radde. Em continuidade, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Às quinze horas e quarenta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, foi APROVADO o Projeto de Lei do Executivo nº 032/21 (Processo nº 0899/21), por VINTE E QUATRO VOTOS SIM e CINCO VOTOS NÃO, após ser discutido por Jonas Reis, em votação nominal solicitada por Daiana Santos, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Também, foi registrada a intenção de Jessé Sangalli em votar favoravelmente ao Projeto de Lei do Executivo nº 032/21. Em votação, foi APROVADO o Requerimento nº 045/22 (Processo nº 0219/22), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo, Leonel Radde e Claudio Janta. Em votação, foi APROVADO o Requerimento nº 284/21 (Processo nº 1192/21), após ser encaminhado à votação por Airto Ferronato. Foi APROVADO requerimento de autoria de Bruna Rodrigues e Daiana Santos, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 569/21 (Processo nº 1284/21). Em votação, foi APROVADO o Requerimento nº 044/22 (Processo nº 0218/22), após ser encaminhado à votação por José Freitas e Felipe Camozzato. Às dezesseis horas e dezessete minutos, a Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Karen Santos e Lourdes Sprenger, esta em tempo cedido por Cezar Augusto Schirmer. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Karen Santos, Mauro Pinheiro e Márcio Bins Ely. Na oportunidade, foi apregoado o Processo SEI nº 145.00015/2022-38, de autoria de Hamilton Sossmeier, comunicando seu afastamento do exercício da vereança para exercer o cargo público de secretário de estado do trabalho, emprego e renda, a partir das dezessete horas do dia quatro de abril do corrente. Também, foi apregoado o Ofício nº 985/22, do Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município das quinze horas do dia quatro às treze horas e trinta e cinco minutos do dia sete de abril

do corrente, a fim de cumprir agendas em Brasília – DF. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 196 e 440/21; em 2ª sessão, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/21, discutido por Jonas Reis, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 089/22, 346, 512, 602 e 469/21, este discutido por José Freitas, e o Projeto de Lei do Executivo nº 006/22. Às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos.

(Procede-se à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego processo SEI nº 212.00024/2022-32, firmado pela vereadora Fernanda Barth, por meio do qual informa que, no dia primeiro de abril de 2022, desfilhou-se do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, e, na mesma data, filiou-se ao Partido Social Cristão–PSC.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Sociedade Gaúcha de Nefrologia, que tratará de assunto relativo às necessidades dos pacientes renais crônicos que dependem da diálise para sobreviver. O Sr. Dirceu Reis da Silva, presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. DIRCEU REIS DA SILVA: Boa tarde! Prezados vereadores, sou presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia, especialidade que se dedica a tratar de doenças renais, sua prevenção e seu tratamento. Gostaria de agradecer pela oportunidade de estar falando na tribuna da Casa do Povo, dando voz aos interesses dos pacientes renais crônicos, que são aqueles que dependem de diálise para sobreviver.

Anormalidades da função dos rins são comuns, atingindo cerca de 10% da população mundial. As pessoas atingidas podem ser reconhecidas por testes simples, como exame comum de urina, através da medida da creatinina no sangue, disponível facilmente nas redes privada e pública. Saber-se doente permite que o indivíduo busque tratamento que reconhecidamente modifica a evolução da doença, permitindo reduzir a proporção de pessoas que venham a necessitar de diálise e de transplante no futuro. Aqueles de nós que iniciarem tratamento com diálise, contam com a excelência de

atendimento definida pela legislação brasileira, que estabelece padrões técnicos de Primeiro Mundo para todas as clínicas do País. Ainda assim, há problemas não resolvidos que me fazem vir aqui para pedir ajuda e socorro a esses porto-alegrenses renais crônicos que não têm alternativa a não ser fazerem o tratamento tão bem quanto possível. Vou elencar cinco questões rapidamente. A primeira delas é sobre o deslocamento entre o domicílio e a unidade de diálise onde o paciente faz tratamento, particularmente de pacientes com prejuízo da mobilidade, como amputados, cegos e portadores de condições transitórias de saúde. Os contextos sociais, econômicos e familiares adversos são comuns e, muitas vezes, impedem o comparecimento dos pacientes aos centros de diálise. Algumas dessas pessoas não contam com rede de apoio adequada, como cônjuges, filhos e pais, que possam transladá-los para as sessões de diálise. A disponibilidade de transporte social e/ou gratuidade de transporte público para aqueles com baixa renda são essenciais para que esses pacientes possam manter seus tratamentos. Três sessões semanais de hemodiálise são o mínimo que é necessário fazer para substituir órgãos que funcionam diariamente 24 horas por dia em sujeitos saudáveis.

Quero ressaltar ainda que existe uma modalidade de diálise menos divulgada e que é utilizada em torno de 6% a 8% da população brasileira, chamada de “diálise peritoneal”, que é feita pela família, no domicílio, e que poderia ser mais empregada, mas, a respeito da existência e funcionamento da diálise peritoneal, poucos dos pacientes e familiares chegam a ter conhecimento. É fundamental garantir a adequada orientação de pacientes renais crônicos e seus familiares, tanto daqueles em tratamento clínico pré-dialítico, quanto naqueles pacientes já em tratamento. Mais do que isso, é importante resolver o atual subfinanciamento público a essa modalidade de diálise peritoneal, que desestimula a disponibilidade de vagas nas unidades que possam oferecê-las.

A segunda questão que me traz aqui é a irregularidade eventual com medicações essenciais que são disponibilizados pelo Estado brasileiro, pelo Estado e pelo Município, como eritropoietina, ferro intravenoso, calcitriol oral, paricalcitol intravenoso, uma série de medicações que os pacientes buscam na rede pública. Faz parte da doença renal crônica a ocorrência de anemia grave, de falta corporal de ferro, de alteração de elementos minerais e de descontrole de hormônios que regulam a pressão arterial, o sistema cardiovascular e osteomuscular. Existem disponíveis medicamentos para o tratamento dessas situações, permitindo sua correção satisfatória e a recuperação da qualidade de vida e da funcionalidade pessoal, laboral e social. Não podemos abrir mão desses tratamentos que são gerenciados pelos nefrologistas nas unidades de diálise, mas dependem do fornecimento pela Secretaria de Saúde. O atual modelo de gestão plena do Município de Porto Alegre estabelece a responsabilidade do Município na boa condução também das políticas de dispensação e auditoria desses medicamentos tão importantes – e aproveito a oportunidade para alertá-los o quanto é relevante a monitorização dessa atividade.

A terceira questão é a respeito da rede de atendimento aos pacientes renais crônicos que deve considerar a capacitação da rede primária de atendimento para

detecção precoce e para prevenção primária e o nível especializado de atenção. A literatura médica repetidamente evidencia o quanto o acompanhamento desses indivíduos, pelo médico nefrologista, ocasiona o alentecimento da progressão da doença renal crônica. Existe déficit de nefrologistas na rede e de oferta de vagas para acompanhamento nefrológico, e isso precisa ser resolvido com a criação desses postos de trabalho e de uma adequada estrutura para o exercício dessa atividade, o que inclui laboratórios em diferentes regiões, disponibilidade de exames e medicamentos, acesso à enfermagem e nutricionista, etc., de forma a poupar esses municípios da dependência de diálise e de uso de recursos tão preciosos do sistema. Falo isso porque é muito mais econômico tratar antes e evitar a entrada em programa de diálise, que é de alto custo, do que simplesmente deixar o paciente ser reconhecido numa fase tardia. Além disso, o melhor preparo facilita que o paciente transplante, e transplantar é mais barato do que fazer diálise ao longo do tempo. Então, por isso meu alerta.

A quarta questão é primordial e é a respeito do acesso vascular. Os pacientes renais crônicos em programa de hemodiálise precisam de um acesso à sua circulação sanguínea de forma que um volume apropriado de sangue fique disponível para a hemodiálise ocorrer e ser eficiente. Isso pode ser obtido através de uma fístula arteriovenosa ou de um cateter. Problemas com acesso vascular são, infelizmente, comuns e demandam atendimento altamente especializado com cirurgiões vasculares, radiologistas e hemodinamicista. Considerando ser um requisito indispensável para que o tratamento ocorra e por seu custo ser elevado para o sistema, acentuo a necessidade de que se criem fluxos facilitados na rede pública para que os pacientes tenham disponível – com excelência, competência e prontidão – atendimento em centros especializados, quando precisarem, posto que não há como manter a vida desses indivíduos sem um acesso vascular.

A quinta e última questão trata do transplante renal que, para os pacientes elegíveis, é a melhor opção de tratamento, tanto sob o ponto de vista de recuperação da qualidade de vida quanto da racionalidade do uso de recursos, pois, como eu falei, o transplante é mais econômico para o sistema, ao final de dois anos, do que a diálise continuada ao longo do tempo. Por isso, todo o impulso ao transplante. Eu destaco a expressão pacientes elegíveis para ressaltar que apenas 20 a 30% dos pacientes em programas de diálise são elegíveis para transplante, o restante dos pacientes tem impedimentos, como câncer ou doença cardiovascular, que não os torna viáveis como paciente para transplante. Sendo assim, é essencial procurarmos garantir que, pelo menos, essa população passível de transplantar tenha acesso efetivo a essa oportunidade. Aqui poderíamos apontar a necessidade de campanhas contínuas pela doação de órgãos, particularmente nesse contexto pós-pandemia, quando houve natural redução do ritmo de doação e de transplante.

Por fim, quero agradecer essa oportunidade de diálogo com esta Casa que tem tanto a fazer pelos porto-alegrenses de hoje e pelos de amanhã. Na qualidade de presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia, cabe lembrar que o primeiro rim artificial chegou até nós, por doação da família Chaves Barcelos, em 1960, e o primeiro paciente foi atendido em 1963, configurando o Rio Grande do Sul como o segundo

estado brasileiro a oferecer hemodiálise. Sete anos depois, em 1970, realizávamos o primeiro transplante renal no Rio Grande do Sul. A diálise e o transplante renal configuram, hoje, componentes inegociáveis da cidadania brasileira. O pleno acesso a eles com equidade de oportunidades e respeito às escolhas individuais é compromisso comum a todos nós. Por isso, a satisfação de estarmos pautando este assunto na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, convido o Sr. Dirceu Reis da Silva para fazer parte da mesa. A Ver. Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Cecchim e Sr. Dirceu Reis da Silva, presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia, boa tarde. Esse tema nos é muito caro. Como o senhor disse, hoje nós temos mais de 10 milhões de brasileiros que possuem uma disfunção renal. A prevalência da doença renal crônica no mundo é de 7,2% para indivíduos acima de 30 anos e de até 46% em indivíduos acima de 64 anos. Atualmente, mais de 20 mil pacientes entram em hemodiálise com uma taxa de mortalidade de 15%. Isso é muito, é um número muito alto, e a gente sabe que se houver um diagnóstico precoce e um tratamento a tempo, a gente conseguirá evitar que esses pacientes cheguem tão comprometidos numa diálise, hemodiálise e também em outros tratamentos.

Então, como Presidente da COSMAM, a Comissão de Saúde está à disposição da Sociedade de Nefrologia, para que possamos discutir essas questões, porque eu acho que é muito importante. E uma coisa que me chama muito a atenção é que nós não temos nefrologistas na rede. Estávamos conversando que nós temos nas universidades, nas clínicas, mas não temos nefrologistas na rede de saúde. Isso é muito importante que a gente possa discutir e que a gente possa compor, porque se nós tivermos aquele profissional fazendo o atendimento inicial, com certeza nós vamos salvar muitas vidas. Parabéns pelo trabalho da Sociedade de Nefrologia; contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Presidente Idenir Cecchim, boa tarde. Em primeiro lugar, quero parabenizar a Ver.^a Cláudia Araújo por trazer à luz esse tema tão importante na nossa Tribuna Popular, sobre as necessidade dos pacientes renais crônicos que dependem de diálise para sobreviver; também quero parabenizar o Dr. Dirceu Reis da Silva, que é o Presidente dessa entidade, por todo o

trabalho desenvolvido. Só quem já passou por isso sabe, quem teve gente em casa ou que já teve esse problema sabe das dificuldades. Aliás, a cada dia, temos visto mais pessoas se queixarem dessa doença, desses problemas. Eu parabeno por ter trazido à luz esse problema, até para fazer com que haja uma conscientização das pessoas no sentido do cuidado que tem que ter, e daquilo que é necessário tomar como atitude. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Cecchim, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nos assistindo, quero fazer a minha saudação ao Dirceu Reis da Silva, presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia, parabenizá-lo por estar aqui conosco hoje e dizer da importância daquilo que falou a Cláudia: profissionais na área. A gente tem acompanhado, eu tenho acompanhado muito, o transplante renal, o transplante em si, a questão do doador, que é uma dificuldade que se encontra. Como um extraordinário leigo no assunto, tomo a liberdade de falar sobre essa alvissareira informação que se teve há pouco, do transplante de coração através do porco. Eu acredito que estamos avançando, e acredito na possibilidade que temos dessas inovações que acontecem, mas quero aproveitar para parabenizá-lo, porque o Rio Grande do Sul é um exemplo nacional quando se trata do transplante, no geral, e o transporte renal é fundamental para toda e qualquer ação de vida das pessoas. Portanto, meu abraço em nome do partido PSB, em meu nome, Ver. Ferronato, e parabéns pela luta. Estamos juntos aqui. Abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Idenir Cecchim. Cumprimento o Sr. Dirceu Reis da Silva, presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia. Esse é um trabalho, presidente, da maior relevância, e V. Sa. sabe – tanto sabe que é o presidente e se dedica muito – que a diferença que faz na vida das pessoas é enorme. Eu falava agora há pouco com o Ver. Roberto Robaina, do PSOL, que tem a mesma posição, e comentávamos exatamente o significado, a relevância que tem a organização de sociedades como essas, porque é desse tipo de atividade que surgem as atualizações e, portanto, as modificações positivas nos tratamentos que tem tido, ao longo dos anos, diversos avanços. Cumprimento o senhor, e na sua pessoa, toda sociedade, enfim, que trabalha consigo, elogio muito esse trabalho porque ele faz

diferença social efetiva, verdadeira e, com certeza, salva vidas. Nossos parabéns! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero aproveitar aqui, Presidente, a presença do Sr. Dirceu Reis da Silva, presidente desta importante sociedade, porque, muitas vezes, Sr. Dirceu, as pessoas não sabem, mas a prevenção pode auxiliar as pessoas. As pessoas não sabem que muitos diabéticos acabam tendo problemas renais graves. O sistema da prevenção hoje precisa de mais investimentos, e daí a importância do SUS. Mas mais do que isso: o transporte social, hoje, para os pacientes renais crônicos está muito difícil, muitos deles não conseguem fazer as duas sessões, três sessões de diálise, então sua saúde é atacada por um outro processo social que não acontece: o do transporte. A gente precisa olhar para isso, como vereadoras, como vereadores, e, mais ainda, o Executivo, estadual, municipal, no caso, que nos apetece, precisa olhar com muita acuidade. Queria aqui, inclusive, até sugerir que o secretário de saúde pudesse receber vocês para conversar, dialogar, e sugerir também pauta na Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Câmara para tratar deste tema: analisar o quadro da cidade, quantos pacientes nós temos, como a gente pode auxiliar com mais robustez na prevenção de determinadas doenças, para que a gente não tenha tantos pacientes nesse estágio mais grave, que precisam de hemodiálise. Como militante do SUS, coloco a minha saudação e desejo um bom trabalho sempre à Sociedade Brasileira de Nefrologia. Um grande abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Presidente Cecchim, Sr. Dirceu Reis da Silva, presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia. Existem mais de 10 milhões de pessoas, segundo a estimativa no País, com problemas renais; diante disso, eu fiz uma lei que vem ao encontro aos pacientes com problemas renais. A lei de minha autoria dá prioridade no atendimento para pacientes que fazem quimioterapia, radioterapia, que utilizam bolsas de colostomia e que fazem hemodiálise – pessoas, enfim, que têm insuficiência renal. A gente sabe o quanto essas pessoas sofrem, até pela demora do atendimento, principalmente aquelas que usam o transporte público. Então nós fizemos essa lei pensando nessas pessoas, para que elas venham a ser atendidas o mais rápido, que elas tenham prioridade, pois nós sabemos que é um número muito alto, então têm que ter um atendimento diferenciado. Parabenizo o trabalho da Sociedade

Gaúcha de Nefrologia, porque, com certeza, vai ao encontro da necessidade dessas pessoas. E pode, com certeza, sempre contar com esta Casa um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim, os colegas vereadores e vereadoras e o nosso convidado no dia de hoje, Dr. Dirceu Reis da Silva, presidente da Sociedade Gaúcha de Nefrologia. Eu estava ouvindo atentamente as suas colocações, eu ouvi o número de pessoas que hoje dependem ou estão com algum problema de doença renal – mais de 10 milhões de brasileiros – e estava observando como se dá esse processo de decisão, quando um cidadão tem uma urgência de um transplante, vamos dizer assim, que não é de rim, é de outra patologia – pulmão, coração, assim por diante –, quais as dificuldades que vocês encontram no estado do Rio Grande do Sul? Há uma tendência ou o tratamento é igual para todos, por exemplo: são feitas mil cirurgias/ano de transplante de coração, e quantas fazem de rins? Em que tempo o cidadão pode prolongar sua vida se ele já está no estado avançado, fazendo diálise? Ele tem um tempo de vida? Como é feito esse cálculo para que, de fato, ele tenha a prioridade das prioridades em fazer o transplante de rim, ou em mudar a sua posição na fila? Porque quando nós falamos em transplante, são milhões de pessoas, não é diferente em Porto Alegre ou no Rio Grande do Sul, e a família está aguardando, o paciente está fazendo diálise. Em que momento esse cidadão, na sua gravidade, tem que procurar e onde? Nós aqui reclamamos, muitas vezes – todos os governos são assim – da dificuldade de acessar um nefrologista, porque na rede de atenção básica ou no pronto atendimento consultam e mandam procurar ou marcar um nefrologista – não é diferente com ortopedista ou pneumologista. Como não se tem muitos nefrologistas, me parece que há uma enorme dificuldade para esse cidadão chegar no momento de dizer: “Eu preciso agora de diálise”, a não ser que ele vá numa emergência e baixe hospital.

Concordo com a Cláudia com a ideia de criar no sistema um programa que contemple o nefrologista, aí nós temos que convencer o gestor público municipal, ao mesmo tempo trazer para Comissão de Saúde – a Ver.^a Cláudia é presidente e eu também sou membro –, para continuarmos debatendo, senão fica uma coisa de só um dia e tal.

O tema é instigante e nós precisamos, como vereadores, dizer onde ele busca, e os senhores, como atender essas pessoas, porque a universalidade do SUS nos dá esse direito, inclusive, de capitanear, como o senhor falou, mais recursos para o sistema. Quem sabe lá um programa específico para essas pessoas terem mais agilidade em acessar num momento de decisão sobre a vida delas. Parabéns, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, boa tarde ao Dirceu Reis da Silva, representando a Sociedade Gaúcha de Nefrologia, eu venho em nome da Bancada do PCdoB, de forma muito breve, primeiramente agradecer ao trabalho executado e, principalmente, dizer que é muito caro ter o senhor aqui nesta Casa, uma Casa que representa a população de Porto Alegre, o povo, e este é o que mais necessita desse cuidado. Eu, pelo fato de ser sanitarista e que há muito tempo que transito pelo Sistema Único de Saúde, tenho a real compreensão da necessidade, da especificidade desse trabalho em todos os seus âmbitos: do transporte ao acolhimento no ambiente hospitalar. De forma muito sucinta, venho trazer esse abraço e o reconhecimento da bancada do PCdoB a algo que é essencial para a qualidade de vida do povo. Contem conosco para tudo aquilo que for necessário e essencial, e retornem sempre, porque este é um espaço importante da construção de novas plataformas e novos pensamentos, mas principalmente da ação, que é fundamental e fala da vida dessas pessoas, desses indivíduos que se utilizam de todos os âmbitos do cuidado da nefrologia. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu gostaria, Dr. Dirceu, de cumprimentá-lo e cumprimentar a Sociedade Gaúcha de Nefrologia, em nome... (Problemas na conexão.)

Entrou nesta semana um pedido de auxílio de transporte, de um corretor de imóveis, cuja esposa tem que se submeter à hemodiálise toda semana e ela estava com dificuldades de acessar o hospital, enfim.

Também aqui queremos cumprimentar a medicina, aos avanços da medicina, quantas pessoas que acabaram também fazendo hemodiálise por conta da covid, da pandemia. Então, fica aqui o nosso reconhecimento, cumprimentos ao trabalho e vamos estar batalhando aqui por políticas públicas que possam auxiliar na parte da nefrologia. A gente sabe que até, às vezes, a falta de água, um idoso que não bebe água – nós, na SPAAN, Cecchim, temos um trabalho de Rotary –, pode acabar gerando disfunções dos rins, por conta da falta de água no organismo. Fica o nosso registro também nome da bancada do PDT, o nosso fraterno reconhecimento ao trabalho. Muito obrigado e uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Além dos vereadores que estão aqui, Dr. Dirceu, nós temos 31 vereadores participando da sessão – um quórum altamente representativo.

O Sr. Dirceu Reis da Silva está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. DIRCEU REIS DA SILVA: Eu vou só comentar, porque, na verdade, eu fico um pouco emocionado de ver as várias manifestações. Eu vou pinçar alguns comentários para me tornar claro. Uma coisa que primeiro me emociona é exatamente isto: fazer diferença na vida das pessoas. Em geral, as pessoas que escolhem especialidades como a minha ou como infectologia, oncologia, são motivadas pelo grande impacto, o imenso impacto que a gente tem na vida das pessoas que nos procuram. Isso é bastante significativo, já está inscrito, eu acho, no DNA da gente. Essas pessoas estão vivas porque a gente atua, e a gente atua com todo esse aparato tecnológico, esse aparato com outros profissionais juntos, a enfermagem é parte indissolúvel disso também. Essa motivação é de fato a nossa primeira característica.

Outra questão que eu gostaria de lembrar é que, no Brasil, são 137 mil pessoas fazendo diálise; no Rio Grande do Sul, eu fiz esse levantamento, pessoalmente, são 7 mil gaúchos fazendo diálise em 70 clínicas. Em Porto Alegre, agora, caberia atualizar, mas é algo em torno de 1.500 a 1.700 pessoas, em 11 clínicas. Então, esse é o tamanho da nossa área. Ela tem o tamanho dentro de um contexto geral de doenças. A gente sabe que existem outras doenças que merecem atenção, mas a nossa merece atenção talvez por três características: por atingir globalmente a vida das pessoas e das famílias; por depender dessa estrutura presente o tempo todo; e também porque consome recursos de saúde, que, se forem colocados de forma organizada, racional, vai se consumir menos, dando mais proveito para as pessoas que precisam. Então, eu apelo para que a gente tenha oportunidades, no futuro, de conversar mais detalhadamente sobre isso.

Destaco também que, por exemplo, o transplante renal é mais um tratamento; ele não é a cura. As pessoas que perdem o seu rim vão viver, dali para frente, ou com hemodiálise, ou com diálise peritoneal, ou com transplante renal, e vão transitar entre um e outro desses tratamentos ao longo de sua trajetória de vida até a morte. Então, a gente tem que dar o melhor possível em cada uma dessas oportunidades.

Sobre a lista de espera, quanto a justiça na distribuição dos órgãos na lista da espera, que foi uma questão colocada, eu garanto que o programa de transplantes brasileiro é de dar orgulho para todos nós. Ele tem uma distribuição em que 95% do peso da escolha de para onde vai um órgão é pela genética dos pacientes e 5% é pelo tempo de espera. Então, hoje, quando a gente designa um órgão que vai ser destinado a um paciente que está em diálise, o pensamento que está por trás desse critério é o número maior de anos que a gente consiga preservar com aquele órgão. Eu acho que o programa de transplante brasileiro é, realmente, bastante correto, bastante justo e distributivo.

Por último, o transporte social é um elemento importante. De fato, ele ocorre na cidade, ele tem que ser organizado em conjunto com as assistentes sociais que existem nas clínicas, porque elas são a figura essencial para avaliar qual família precisa e qual não precisa, qual família passa a precisar e qual família pode prover o seu doente com esse recurso. Em suma, são esses comentários, eu fico à disposição e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Dr. Dirceu, nosso presidente. Agradeço a sua presença, que foi muito importante. Eu, que sou um diabético tipo 2, não gostaria de ser cliente, mas, provavelmente, serei cliente do doutor ou de um colega. Por isso, a prevenção, o esclarecimento; pela sua visita lhe agradeço muito. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h01min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h07min: Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego processo SEI nº 122.00001/2021-56, firmado pelo Ver. Cezar Augusto Schirmer, por meio do qual o vereador comunica ter retornado ao exercício do mandato no dia 1º de abril de 2022. Em consequência, cessou, no mesmo dia, o exercício da vereança, em substituição, pelo suplente Pablo Melo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Bem-vindo Ver. Cezar Schirmer.

O Ver. Cezar Augusto Schirmer está com a palavra.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Prezado Presidente, Ver. Idenir Cecchim, querido amigo; é um prazer assumir esta Casa tendo, como Presidente, alguém da sua qualidade, da sua postura, da sua retidão, do seu caráter, da sua dignidade e da amizade que nutrimos um pelo outro há tanto tempo. Na verdade, V. Exa. me surpreendeu, porque eu não imaginei que, mal chegasse, me fosse dada a possibilidade de falar. Mas, de qualquer forma, quero saudar cada um dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, abraçá-los muito fraternalmente. Sinto-me, agora, recomeçando a minha vida pública, Presidente, porque, aos 20 anos, eu fui eleito vereador na minha terra natal, Santa Maria; 50 anos depois, estou aqui assumindo um mandato na Câmara de Vereadores da capital, isso me honra muito, me dignifica e eu

fico muito feliz em estar nesta Casa que é, por excelência, o poder do todo, isto aqui é a soma das partes ideológicas e partidárias que compõem uma sociedade. O Executivo é o poder da parte majoritária da sociedade, e aqui é o poder do todo, daí por que desta divergência, desta convergência, essa soma e essa multiplicação de ideias, de compromissos, de objetivos, de propósitos, e eu quero, modestamente, me somar a tantos quantos querem fazer de Porto Alegre uma cidade ainda melhor.

Quero, por outro lado, agradecer também ao prefeito Melo, foi uma honra estar ao seu lado na Prefeitura, é um grande prefeito, dedicado, competente, conhece Porto Alegre, tem grande sensibilidade social, certamente fará uma grande administração. E aqui nesta Casa, o meu propósito é estar ao lado do prefeito, ao lado de todos os vereadores para juntos nos somarmos na construção de uma cidade que esteja à altura do anseio, do sonho, do desejo de cada um dos porto-alegrenses. Muito obrigado, Presidente, um abraço muito carinhoso a todos os vereadores, e tenham a convicção de que serei o 36º vereador a me somar em favor de Porto Alegre. Um grande abraço a todos e muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Ver. Cezar Schirmer, bem-vindo. O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra. Logo após ao seu pronunciamento, tomará posse como secretário de Estado.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos, Presidente Cecchim, colegas vereadores, assessores e todos os que nos assistem pela TV Câmara. É um momento muito especial de agradecimento desse período em que a gente esteve e ainda está aqui. Hoje, às 17h, estarei assumindo a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, do governo do Estado, a convite do nosso novo governador Ranolfo Vieira Júnior, convite que muito me alegra, muito me honra. Quero aqui dividir esse agradecimento a todos os colegas vereadores que estão conosco trabalhando nesses anos em que estou aqui na Câmara, e todos juntos temos sido parceiros nesse período. Sei das dificuldades, sei dos desafios, mas, Ver. Claudio Janta, toda vez que tem um desafio a gente tem que encarar e ir à luta. Então, vamos em frente, justamente no dia em que nosso querido Cezar Schirmer está assumindo eu estou saindo, e, de coração, quero agradecer a todos os colegas vereadores, Ver. Jonas, e todos, por esta parceria que temos aqui, muitas vezes, é verdade, Ver. Mauro Pinheiro, com desavença nas ideias, mas sempre procurando entender, sempre procurando compreender as decisões de cada um; por isso, da minha parte, muito obrigado por esse período, vamos em frente nesse desafio, que Deus abençoe a todos no seu trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Hamilton Sossmeier, sucesso na sua nova empreitada! A Casa é sua, quando V. Exa. retornar, o receberemos novamente de braços abertos e com aplausos.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, é com carinho que a gente recebe essa notícia do Ver. Hamilton ser secretário de Estado, e a tristeza porque quem perde é a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, uma pessoa que ensina a todos a ter calma, paciência, com seu jeito de tratar, mas o esperamos de volta no ano que vem, aqui na nossa Câmara de Vereadores – um bom trabalho ao senhor lá.

Vereador Jonas Reis (PT): Quero aproveitar e deixar um abraço para o Hamilton, grande colega com quem a gente aprende muito no plenário, na luta por uma cidade melhor. Desejo, de coração, que faça uma boa gestão pelo nosso Rio Grande do Sul, à frente da secretaria. Infelizmente, perdemos em Porto Alegre, mas acho que o Rio Grande do Sul ganha um quadro muito importante, uma pessoa muito sensível, muito responsável e competente. Um grande abraço.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, quero dar inicialmente as boas-vindas ao nosso colega, Ver. Cezar Schirmer, sempre bom estar junto de pessoas inteligentes e que fazem boas construções, e nos despedirmos temporariamente do nosso colega, vice-líder do governo, Ver. Hamilton, desejando sempre muito sucesso porque se tem alguém que é merecedor, é o Ver. Hamilton.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Quero cumprimentar nosso colega, Ver. Sossmeier, um grande colega, que tenha êxito nessa nova missão de secretário estadual, e também desejar as boas-vindas ao nosso companheiro de partido, Cezar Schirmer.

Vereador Giovane Byl (PTB): Meu colega de bancada, meu amigo, mentor, irmão em Cristo, Ver. Hamilton Sossmeier, a gente recebe essa notícia com muita felicidade e temos certeza que vai desempenhar um grande papel no nosso Estado, és um líder, um administrador, eu tenho certeza que vais fazer uma grande diferença pelo nosso Estado. É muito bom ter um representante de Porto Alegre à frente dessa pasta, pois temos muitas dificuldades em Porto Alegre. Eu tenho certeza que o senhor vai estar lá fazendo a diferença. Parabéns, meu colega.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Eu queria deixar os meus cumprimentos ao Ver. Hamilton, um grande colega e parabenizá-lo por esse novo desafio – conte com o nosso apoio. Sempre foi um colega que tivemos uma boa relação, um cara muito cordial, tem um trabalho sério. Portanto, o Estado do Rio Grande do Sul ganha com a presença do Ver. Hamilton, agora, secretário. Espero poder conviver com ele, em breve, aqui na Câmara, nesses dias, e, quem sabe, num próximo mandato de secretário, se tudo der certo. Um abraço.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Gostaria de fazer um aparte para dizer que é uma grande honra estar ao lado, nesta legislatura, de um quadro em que temos o Ver. Cezar Schirmer, que, conforme um grande líder e um exemplo que eu admiro muito, hoje, pela manhã, ele me disse que só não foi ainda poucas coisas no Estado do Rio Grande do Sul. Um homem dedicado à questão pública, um líder incontestável, de grande relevância para a história do Rio Grande do Sul, para a história onde ele passou. Eu fico muito honrado de estar ao lado dele. Ele sabe que as relações de amizade e admiração são familiares, inclusive, de governos anteriores. Queria dizer que me sinto muito honrado de estar dividindo o plenário com o Schirmer, a partir da data de hoje, desejar ao Hamilton um belíssimo trabalho no nosso governo, no governo Ranolfo, e dizer que é uma grande honra o dia de hoje. Lamento não poder estar aí no plenário, neste momento. Obrigado, Presidente.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Sr. Presidente, quero aproveitar essa fala para dar as boas-vindas ao nosso Ver. Schirmer, um homem que já passou por diversos cargos no nosso Estado do Rio Grande do Sul, é um estadista, um grande líder, um grande amigo. Vida longa ao Cezar Schirmer, que seja bem recebido por todos nós. Da mesma forma, também quero parabenizar o Ver. Hamilton Sossmeier, líder, amigo, parceiro, o líder dos líderes, por essa nova função na Secretaria do Trabalho. Tenho certeza de que o povo do Rio Grande do Sul, os 15 milhões de gaúchos veem a sua expertise, sua inteligência e bom senso.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Presidente Mônica, colegas vereadores, parabenizo aqui o Vereador Hamilton, tenha sucesso na nova empreitada, que Deus o ilumine e o abençoe e lhe dê muita inspiração. Cumprimento a chegada do Ver. Cezar Schirmer, seja bem-vindo. Subo a esta tribuna para falar um pouquinho do crescimento do Republicanos, em nível de Brasil e Rio Grande do Sul. A nossa executiva nacional ainda não fechou, Ver. Mauro Pinheiro, nós estávamos conversando há pouco, a executiva nacional ainda não fechou oficialmente os números. Foram muitas filiações, mas nós pulamos de 30 deputados federais para 45 deputados federais, pulamos de oitavo lugar para o quinto maior partido no País. Recebemos os novos Republicanos: a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que é pré-candidata, pelo Maranhão, a uma vaga como deputada federal ou ao Senado; o ex-ministro da infraestrutura, Tarcísio Freitas, que é pré-candidato, por São Paulo, ao governo; o nosso general Hamilton Mourão, que é pré-candidato, pelo Rio Grande do Sul, ao Senado; a deputada federal Liziane Bayer; a deputada estadual Franciane Bayer; e o deputado tenente-coronel Zucco – eles estão conosco. O ex-vereador dessa casa, Valter Nagelstein, também é um novo Republicano.

O Republicanos é o único partido que tem uma faculdade; nós temos uma faculdade e, em breve, nós estaremos com polos em vários estados. Tem um projeto inédito, no Brasil, trata-se da primeira instituição de ensino superior certificada pelo Ministério de Educação e mantida por uma fundação partidária; ela foi criada com o objetivo de ser referência no ensino superior, nas áreas política e pública. Oferece o curso de graduação em ciência política e cursos de pós-graduação em análise e marketing político, assessoria parlamentar, direito eleitoral, direito constitucional, gestão pública e *compliance*. Então, essa é a nossa Faculdade Republicana, que também está a todo vapor. Sejam bem-vindos nossos novos republicanos. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr.^a Presidente, colegas vereadores e vereadoras desta Casa, boa tarde. Esta é uma tarde muito importante, pois o nosso vereador e amigo Hamilton Sossmeier assume uma secretaria de Estado, uma secretaria importante, uma secretaria que vai ter o trabalho de ampliar a empregabilidade, gerar renda, trazer investimentos para o nosso Estado do Rio Grande do Sul e, principalmente, qualificar as pessoas do nosso Estado para o mercado de trabalho.

Também nós temos o prazer de ter de volta a esta Casa o ex-deputado estadual, ex-deputado federal, secretário da Fazenda, secretário chefe da Casa Civil, secretário de segurança, que estava na Secretaria de Planejamento do Município, Cezar Schirmer, que vem trazer toda a sua experiência, voltando ao seu nascimento político, quando foi vereador em Santa Maria, há alguns anos; agora vem para esta Casa trazer toda a sua experiência da política, vem enriquecer esta Casa, que já teve vários membros do seu quilate e nós temos o prazer de conviver com uma pessoa da envergadura de Cezar Schirmer.

Uso o tempo de liderança do meu partido, além de saudar o Hamilton e o Cezar Schirmer, para saudar também o secretário de administração André Barbosa e a secretária municipal de Educação, que, sensibilizados, anunciaram hoje uma folha suplementar para as indenizações dos funcionários temporários da área de educação, uma demanda que a gente vem tratando com o secretário André Barbosa, depois com o Mario Lima, adjunto da Secretaria de Educação. Os processos já estarão liberados a partir do dia 13 de abril, serão individualizados, não será necessária a questão de todos receberem ao mesmo tempo, todos estarem com a sua documentação certa; então, os que já estão com os documentos prontos irão já começar a receber.

Também queremos relembrar todas as atividades que a nossa cidade tem feito alusivas às comemorações dos seus 250 anos. Na sexta-feira, houve a atividade do povo de Porto Alegre, atividade que está nas nossas entranhas, que foi a descida da Av. Borges de Medeiros, a abertura do carnaval, já um esquentado do carnaval de Porto

Alegre, que neste ano será fora de época, mas terá a empolgação das nossas escolas de samba, a empolgação do nosso povo, fazendo um grande desfile no Porto Seco. Esses são os temas que queríamos discutir aqui na agenda do nosso partido e também dizer que o Solidariedade tem ajudado muito para que as coisas ocorram na cidade de Porto Alegre, estando sempre à disposição do prefeito Melo, buscando sempre o diálogo e o entendimento para que esta cidade seja o que nós pregamos na campanha: uma cidade de todos, uma cidade para todos, uma cidade onde o diálogo esteja sempre em primeiro lugar, e é isso que a gente vem buscando no governo, é isso que a gente vem buscando na Câmara de Vereadores, o melhor para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; ao mesmo tempo, quero parabenizar, é claro, nosso colega Hamilton, que vai provisoriamente assumir uma secretaria de Estado, e isso eu creio que é de extrema importância não só para ele, como vereador, mas também como experiência de vida.

Este é um ano de eleições, e aí nós vimos agora, no dia primeiro de abril, inúmeras mudanças de partidos, alguns candidatos se licenciam do governo, do Executivo, porque, obviamente, vão concorrer, seja a deputado estadual, a deputado federal, a governador, ou até mesmo a presidente da República. Mas o que pensa a população de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, do País, com a possibilidade de mudança neste ano? Nós percebemos que, queira ou não, há uma enorme indignação, uma enorme rejeição dos candidatos escolhidos numa eleição que foi ali, recentemente, mas que já faz quatro anos que a população, de uma certa forma, está discordando das práticas trazidas como alternativas para o povo brasileiro, para os gaúchos e – por que não? – para Porto Alegre. Faz dois anos, apenas, e os problemas, a cada dia, parece que se acentuam mais.

Se nós falarmos em mobilidade urbana, nós vamos verificar a questão do transporte público. As concessionárias recebendo inúmeros recursos quando, na verdade, o preço da passagem continua subindo. Se formos verificar a questão da Saúde, houve demissão de milhares de pessoas; 1.840 servidores do antigo IMESF, que, para o governo, foi extinto, mas para os trabalhadores, ainda não. Até então não houve nada de novo, porque os postos de saúde continuam os mesmos, os prontos atendimentos continuam os mesmos, e nenhum hospital novo. A população continua com uma enorme dificuldade de acessar os serviços, seja lá na unidade de saúde, seja lá no pronto atendimento, seja lá com especialista ou uma cirurgia, se for necessária. Nós podemos observar que praticamente em todas as áreas... Na área de infraestrutura, então, nem se fala: falta água, falta uma estrutura necessária capaz de dar ao cidadão,

por exemplo, o cuidado de que aquele poste de luz não caia em cima do seu carro ou da sua casa. Parece que a emergência é quando eles aparecem; quando há uma enorme emergência, quando há um temporal em Porto Alegre, quando acontece um acidente é que o governo, na verdade, aparece.

É preciso, sim, fazer uma grande reflexão neste ano das eleições. Quem é o nosso candidato ou o candidato que pode trazer, com certeza, dignidade e um serviço público de qualidade à sua comunidade, enfim, à sua cidade ou ao município que o senhor ou a senhora reside? Nós, vereadores e vereadoras, procuramos sempre apontar aqui as inúmeras dificuldades que os governos municipais têm, inclusive criticamos alguns projetos que os governos mandam para o Legislativo. Muitas vezes não temos êxito nem mesmo para sustar, por exemplo, a demissão dos mais de 3.500 cobradores do transporte público de Porto Alegre. Por quê? Porque nós somos minoria, nós somos oposição, e, ao sermos oposição, não concordando com esses projetos trazidos pelo governo, é como se falássemos ao vento. Você fala, fala, mas ninguém te dá ouvido. Infelizmente as coisas já são dadas. Onde? No núcleo central do governo, onde tiram uma direção para poder, por exemplo, onerar transporte público ou, por exemplo, para fazer um projeto de lei do Plano Diretor que contemple só os empreendedores; não dialogam com a sociedade, não executam a democracia participativa. Então, este é um ano de extrema importância, os candidatos vão estar aí, vão estar em campo e nós vamos ter o histórico da sua luta.

Para concluir, nobre Presidente, precisamos ter atenção sobre quem são os candidatos, a sua história de vida, de luta e o que fizeram para a nossa querida Porto Alegre, para o estado do Rio Grande do Sul e, principalmente, para os brasileiros.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): Só quero agradecer a manifestação de todos os colegas e convidá-los, quem quiser, para hoje, às 17h, no Palácio Piratini, no salão Negrinho do Pastoreio, a posse do secretário – estou convidando. Obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Todos convidados para a posse do novo secretário, que é da Câmara de Vereadores, nosso colega. Muita honra, parabéns!

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidenta; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, população de Porto Alegre, toda audiência da TVCâmara e também quem nos assiste pelas redes sociais. Mais um escândalo do governo Bolsonaro vem à tona, envolvendo, mais uma vez, a educação. Primeiro foi o escândalo envolvendo a troca por barras de ouro, para que recursos da educação fossem direcionados às prefeituras; agora, nós temos o superfaturamento do transporte escolar, da compra de ônibus para o transporte dos estudantes. É uma vergonha que, mais uma vez, o governo Bolsonaro esteja sendo alvo de claros casos de corrupção, mas que a mídia, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Judiciário não tenham dado a

devida repercussão a esse caso. Ao mesmo tempo, temos o caos que envolve o Fies; estudantes que não conseguem renovar o seu financiamento, que estão nos últimos semestres da faculdade e não conseguem fazer o seu Fies, não conseguem pagar os últimos semestres, não conseguem qualquer resposta por parte do governo, que começam a ter que buscar empréstimos, abandonar suas faculdades ou atrasar, neste momento, a sua formatura.

Ao mesmo tempo em que o governo Bolsonaro está envolvido em corrupção no transporte escolar, na divisão de recursos com os municípios, com a compra dos votos necessários dentro do Congresso Nacional, com o chamado “orçamento secreto”, os estudantes, a maioria trabalhadores, não conseguem renovar o seu Fies e não conseguem levar adiante a sua faculdade. É a cara do fascismo, é a cara de um governo miliciano e genocida, é a cara de um governo que não tem nenhum compromisso com a classe trabalhadora, não tem compromisso com a educação, com a ciência, muito antes pelo contrário, mais importante para ele é que a nossa população seja ignorante, que seja comprada por um prato de comida, neste período em que temos um avanço da inflação, o preço do combustível é o mais alto da história. Dessa maneira, mais uma vez, nós nos repetimos, infelizmente, aqui nesta tribuna, para falar sobre esse tipo de escândalo. Dois mil e vinte e dois, como bem falou nosso líder, Oliboni, líder da oposição, é ano eleitoral, é ano da população escolher seus novos representantes, nós temos a percepção de que estaremos enfrentando um plebiscito entre dois projetos muito claros: a reconstrução da democracia, com o presidente Lula, ou o aprofundamento do fascismo e a consolidação de um governo autoritário e ditatorial nas mãos de Bolsonaro. Não há terceira via, não há meio termo e é a hora de que todos se posicionem e que todos e todas façam uma campanha militante, que elejam deputados comprometidos com a democracia, que elejam senadores e senadoras, que elejam governadores e governadoras que tenham um compromisso real com democracia e com a volta da soberania do nosso País e respeito à classe trabalhadora e aos estudantes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Transcorrido o período de Grande Expediente sem pronunciamentos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito verificação de quórum para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.)

Sra. Presidente, dezenove Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores registraram suas presenças.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h44min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0899/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 032/21, que altera o *caput* do art. 92, cria e extingue as Funções Gratificadas constantes na letra *c* do Anexo I, todos da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988 - que estabelece o plano de carreira dos funcionários da Administração Centralizada do Município; extingue Funções Gratificadas no Anexo II da Lei nº 6.151, de 13 de julho de 1988 - que estabelece o plano de carreira do magistério público municipal; dispõe sobre o respectivo plano de pagamento e dá outras providências, e altera o inc. XIX do art. 1º da Lei nº 11.404, de 27 de dezembro de 2012 - que atribui verba de representação aos titulares dos Cargos em Comissão ou das Funções Gratificadas que menciona. **(SEI 118.00276/2021-02)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 21-03-22 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 032/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, colegas parlamentares, eu sempre fico preocupado com a falta de recursos humanos na Prefeitura de Porto Alegre. Faltam servidores em todas as áreas, mas o que a gente discute periodicamente, não é novidade, desde o ano passado, são apenas FGs. O DMAE tem hoje mais de 1.500 cargos vagos. Mil e quinhentos cargos vagos, prefeito Melo! Está aí um pouco da explicação do porquê continua faltando água em várias zonas da cidade, está aí a explicação do porquê alagam as avenidas, está aí a explicação do porquê algumas casas de bombas não funcionam, e, pior ainda, demoram, às vezes,

dois dias para consertar. Os servidores estão lá trabalhando no afogadilho, temos poucas pessoas, poucos técnicos. Para esta Casa, mandam, toda hora, contratos temporários, tendo cargos vagos em todos os âmbitos, e hoje aqui se discute apenas FG. Eu fico triste, porque o prefeito, que deveria conhecer as estruturas públicas, se mostra, mais uma vez, inepto para o cargo que ocupa. Na educação especial... E amanhã vamos discutir, colega Ver. Robaina, a falta de recursos humanos, na Comissão de Educação. O governo não fez concurso. Não adianta empurrar: "Ah, trocou a secretária, vai mudar!" Não, o prefeito é o mesmo, o erário é o mesmo, falta responsabilidade gestora. Se tem capacidade de mandar para esta Casa um projeto de lei encerrando funções gratificadas e criando outras, por que não bota o secretário de Administração a trabalhar e nomear servidores, fazer concursos públicos? Semana passada, fui à Defensoria Pública com um grupo enorme de pessoas, pessoas que estão há 16 anos, 4 anos, 8 anos esperando por uma cirurgia ou um exame complexo. O prefeito não nomeia cardiologistas, não nomeia pediatras, não nomeia, em número suficiente, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas. A fila de espera só aumenta, há cargos vagos em todas as áreas, em todos os setores. As pessoas estão aguardando que o serviço público lhes entregue, de fato, o direito, e o serviço público não entrega não é porque os servidores não querem, é porque a Prefeitura tem pouco RH e o prefeito que aí está não olha para os problemas históricos. O prefeito tira fotos em todos os lugares, agora está na moda a camisa dos 250 anos. Eu saúdo os 250 anos de Porto Alegre, mas que Porto Alegre é essa que o Melo entrega? É só mudança de FGs, encerra umas e coloca outras, mas vão continuar faltando médicos, vão continuar faltando vagas em escola. Tem uma escola da Zona Sul, Moradas da Hípica, 12% das matrículas são de pessoas que precisam de atendimento especializado e não têm profissionais para acolher todos. Tem uma fila de espera para a SIR – Sala de Integração e Recursos. Cadê o concurso, prefeito? Não adianta só FG, não adianta só quem comande, se não tem equipes para comandar. O DMAE, saíam caminhonetes com cinco servidores, hoje saem caminhonetes com dois servidores para fazer o serviço. Se saía com cinco, hoje sai com menos da metade, vai demorar o dobro do tempo para consertar o encanamento, e é isso que está acontecendo em toda cidade, deliberadamente. Para finalizar, não é de FGs que precisamos, precisamos de pessoas dispostas a trabalhar, não só assumir as chefias, que são fundamentais. Precisamos das pessoas nas chefias, mas não adianta só a chefia sozinha numa sala, é preciso uma equipe, então está na mão do prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Daiana Santos, o PLE nº 032/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 24 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLE nº 032/21. Registro a intenção do Ver. Jessé Sangalli ter votado favoravelmente ao PLE nº 032/21.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 045/22 – (Proc. nº 0219/22 – Ver^a Cláudia Araújo) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 45/2021, que limita o fornecimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos pelo SUS aos constantes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (Renases)”. **(SEI 161.00041/2022-40)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 045/22. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente em exercício, Mônica Leal, vereadores e vereadoras, esse pedido de moção de repúdio é referente à PEC 45/2021, que visa alterar a Constituição federal para delimitar o conceito de saúde e assim o que será o oferecido pelo SUS. Constitucionalmente a saúde é definida como um direito do cidadão e um dever do Estado. A intenção do autor da PEC é de desjudicializar a saúde em consideração ao custo benefício, ocorre que restringir o fornecimento de medicamentos do SUS à Rename e à Renases não vai resolver a judicialização da saúde no Brasil. Cerca de 50% das demandas são solicitações de medicamentos que já foram analisados pela Anvisa e incorporados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, mas que não estão disponíveis nos postos de saúde e hospitais. Cerca de 20% das demandas tratam de medicamentos que estão registrados na Anvisa. Essa judicialização é essencial para garantir o acesso a medicamentos e tratamentos de doenças raras. Não é justo que pacientes brasileiros sejam privados de um tratamento que existe e está disponível no exterior, apenas por não constar em uma lista oficial. Então, eu conto com o apoio dos meus colegas para que nós possamos fazer e aprovar essa moção de repúdio. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 045/22.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Parabenizamos a iniciativa da Ver. Cláudia; é realmente algo dramático o que acontece em relação aos medicamentos caríssimos, que muitas vezes somente o SUS pode dar uma resposta para as famílias,

para as pessoas que necessitam. Nós temos uma pauta que envolve a *cannabis* medicinal e que também transpassa por essa realidade. São medicamentos muito caros, remédios de custo altíssimo, que, muitas vezes, se não fosse o SUS, essas famílias não teriam acesso a esse medicamento, como câncer, entre outros tipos de doenças e que, graças ao SUS, esse medicamento chega ao acesso de todos e todas. Então, nosso repúdio, em conjunto com a Ver. Cláudia; parabéns pela iniciativa.

A bancada do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 045/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Ver.^a Cláudia Araújo, demais membros desta Casa, a vereadora fala da importância de nós aprovarmos essa moção, e a importância de aprovarmos essa moção é o que nós vemos diariamente nas redes sociais, no Facebook, no Instagram, que são pais e mães desesperados à procura de ajuda para doenças, muitas vezes, terminais, para dar um pouco de dignidade aos seus filhos. São pais e mães fazendo campanha para mandar esses filhos ao exterior simplesmente para tomarem um remédio. A gente sabe o que está por trás de todo esse jogo, quando se alega que o remédio não pode ser dado porque não tem o aval da Agência de Vigilância Sanitária. Um remédio que pode fazer uma criança com problemas respiratórios ter mais dignidade na sua vida; um remédio que pode fazer uma criança com doenças raras... E hoje a nossa cidade tem um espaço para tratar as doenças raras. Se a doença é rara, o medicamento é mais raro ainda. Muitas vezes são medicamentos que não dão a cura para essa doença, mas dão o convívio com a doença. Eu falo aqui porque a minha mãe viveu mais de 30 anos, Ver. Ruas, com esclerose múltipla, que não tem cura, mas a doença da minha mãe, em função de remédios que vieram do exterior – ganhamos judicialmente para ela poder tomar –, estancou, não permitindo que a esclerose múltipla avançasse no seu corpo. Então é sobre isto que nós estamos falando aqui: são remédios que dão dignidade para a vida das pessoas. Esses remédios possibilitaram – dando o meu exemplo – que a minha mãe não ficasse entevada, devido à esclerose múltipla, em cima de uma cama, sem poder se mexer, sem poder se articular.

É disso que nós estamos falando aqui. É necessário dar essa dignidade para as pessoas, para crianças que têm dificuldade de alimentação; crianças que têm dificuldade de locomoção. A cada dia mais surgem doenças raras, e cada dia mais vemos quadros nas redes sociais de crianças totalmente entubadas, necessitando de um remédio. E aí a família tem que ajuizar, a família tem que entrar na justiça. Se esse remédio já existe em várias partes do mundo, é dignidade ao povo dar esse remédio. Então, nós encaminhamos, em nome do Solidariedade, para votar favoravelmente à

proposta da Ver.^a Cláudia, que é uma proposta humana, uma proposta que dá dignidade para as pessoas. Meus parabéns, vereadora, pela proposta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 045/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos vereadores Mari Pimentel, Felipe Camozzato e Ramiro Rosário.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 284/21 – (Proc. nº 1192/21 – Ver. Airto Ferronato) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao Projeto de Lei 1788/2021, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas, alterando a Lei nº 12.711 de 2012”. **(SEI 019.00085/2021-51)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 284/21. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, estamos aqui para votar a moção de solidariedade de minha autoria ao Projeto de Lei nº 1788/21, de Brasília, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência de lei de cotas. Esse projeto transfere para 2042 revisão do programa que dá acesso a instituições federais de educação superior a estudantes negros, pardos, indígenas e com deficiência, bem como àqueles que tenham cursado, integralmente, o ensino médio em escolas públicas. Estamos pedindo apoio de todos, para que essa lei das cotas permaneça ou seja renovada. Um abraço a todos, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 284/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** com a contrariedade da Ver.^a Mari Pimentel e dos Vers. Felipe Camozzato, Ramiro Rosário, Alexandra Bobadra.

Em discussão o PLL nº 569/21. (Pausa.)

VEREADORAS DAIANA SANTOS E BRUNA RODRIGUES (PCdoB)

(Requerimento): Sra. Presidente, solicitamos o adiamento da discussão do PLL nº 569/21 por uma sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria das vereadoras Bruna Rodrigues e Daiana Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 044/22 – (Proc. nº 0218/22 – Ver. José Freitas) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao PL 0469/2022 de autoria do Senador Alexandre Silveira de Minas Gerais, que altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos”. **(SEI 034.00152/2022-01)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 044/22. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Mônica, colegas vereadores e público que nos assiste, infelizmente brigas têm sido comuns nos estádios, e não só nos estádios, mas até nos campos de várzea isso é muito comum. É por isso que eu peço o apoio a este PL nº 469, de 2022, de autoria do senador Alexandre Silveira, de Minas Gerais, que altera o Decreto de Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal. O projeto cria a pena de dois a quatro anos de reclusão para quem participar de rixa em decorrência de eventos esportivos, dentro ou fora de estádios, ginásios ou locais utilizados para a prática esportiva. Sendo que a pena pode ser de quatro a oito anos em casa de, na rixa, ter ocorrido morte.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero agradecer, Ver. Freitas, acho que vem em boa hora este projeto, por isso nós devemos apoiar. Até porque não tem mais cabimento o que está acontecendo em todo o País.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Infelizmente, não é?

Vereador Cassiá Carpes (PP): Infelizmente. E fica bem claro para quem estiver nos ouvindo, que se nós tivéssemos a prerrogativa de uma lei municipal, nós faríamos; mas não é possível, é só em nível federal, que modifica aqui no caso da justiça. Então, acredito que nós temos que apoiar para que nós possamos ter um futebol

em paz, torcidas se respeitando. Muita gente pensa que ir para o estádio é brigar, que ir para o estádio é só ganhar. Não! Tem que saber perder, tem que saber ganhar, pois uma hora tu perdes, outra hora tu ganhas, mas uma coisa é certa: tem que respeitar o outro cidadão que vai lá, independente de clube. Nesse aspecto, vamos votar com este projeto, com esta moção, para que realmente venha ao encontro da sociedade isto que nós todos estamos querendo: a paz nos estádios; mas para ter paz, nós temos que penalizar esses bandidos que vão a campo de futebol.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Com certeza, e o Ver. Cassiá fala com propriedade. O que está acontecendo? Hoje em dia, as famílias, os pais estão deixando de levar os filhos ao estádio por causa das brigas. Por isso vem em boa hora o projeto desse senador, e temos que trabalhar para que no Estado e no Município também venhamos a aumentar as penas. As brigas nos estádios de futebol deixam muitas vítimas, mas engana-se quem vê apenas aquelas que vemos sendo carregadas às pressas para as instituições hospitalares. O projeto de lei também possui o intuito de preservar praças esportivas de vândalos. Esse fenômeno não é recente e chega cada vez mais presente aos estádios gaúchos, mais especificamente aos porto-alegrenses. Peço o apoio de todos os colegas para a gente aprovar esta moção. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 044/22.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica. Só cumprimentar o Ver. José Freitas e dizer que nós temos defendido, inclusive a bancada do NOVO, na Assembleia Legislativa, que possamos ter flexibilização da atual legislação de briga nos estádios por entender que os comportamentos que estão em desacordo com a ordem e com a boa convivência devem ser exemplarmente punidos. Acho que é muito favorável essa ideia de aumentarmos a punição e conseguirmos ter justamente mais espaço para podermos dar o exemplo das más condutas que não queremos ver nesses espaços públicos, e com isso a gente poder corroborar com aquele cidadão que é ordeiro, que é pacífico, e que eventualmente quer ir para o estádio e não beber apenas fora do estádio, poder beber dentro do estádio, de maneira responsável, como foi na Copa do Mundo, possa fazê-lo sem medo de que existam aí baderneiros, pessoas incitando violência, ódio e confusão. Então, neste sentido, favorável à moção e favorável à ideia, que precisa ser efetivamente colocada em prática para que a gente possa ter maior ordem e segurança nos nossos estádios. Parabéns, vereador.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento n.º 044/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com abstenção do Ver. Roberto Robaina, do Ver. Aldacir Oliboni, do Ver. Pedro Ruas, Ver. Jonas Reis, Ver. Matheus Gomes e Ver.^a Karen Santos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h17min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente, Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras; nós estávamos votando, há poucos minutos, projetos que estavam na Ordem do Dia, e faço questão aqui de salientar um dos projetos de lei, que, na verdade, é uma moção de repúdio à PEC apresentada no Senado. Diga-se de passagem, agora já foi votada, de um senador do MDB que acompanha um grupo de deputados, Ver. Jonas, que estão todos contra a vacina, que são, na grande maioria, contra a imunização de cidadãos. Sabe o que eles querem fazer agora, Ver. Pedro Ruas? Retirar o direito do cidadão de judicializar quando um medicamento não tem cobertura no Sistema Único de Saúde. Olha onde nós chegamos! Se a PEC fosse favorável para ampliar oferta de medicamentos para os cidadãos e cidadãs que precisam do aporte do estado para poder salvar sua vida... Pois eles têm a coragem de fazer ao contrário, fazer uma PEC, para que conste uma emenda constitucional, para que entre na Constituição brasileira, impedindo o cidadão de buscar um direito natural que ele tem: judicializar; o juiz dá o direito à medicação e o Estado tem que comprar, ou seja, o Ministério da Saúde. Olha, sinceramente, é preciso que as pessoas percebam quem está na linha de frente representando o cidadão e a cidadã, porque me parece que tudo isso é algo mau, é algo para atender alguma corporação, porque não tem justificativa! Quem é contra o Sistema Único de Saúde? Não! Não tem ninguém, nós não ouvimos ninguém falar mal do Sistema Único de Saúde, porque é a partir do Sistema Único de Saúde que o cidadão tem acesso ao atendimento médico, a um procedimento hospitalar, a um atendimento humanizado, por isso que o SUS é um sistema de saúde universal.

Claro que essa moção de repúdio foi aprovada por unanimidade, e nós temos que olhar isso mesmo. Lá em Brasília se define a política nacional, mas aqui no Estado, na Assembleia Legislativa, aqui na Câmara de Vereadores, quando alguém quer impedir ou tirar direitos do cidadão, conquistados ao longo de uma década, nós temos que ser contrários, porque isso tem uma história de vida, de luta e foi por essa luta que os governos passados também reconheceram esse direito na vida e na profissão do cidadão.

Por isso nós temos que ficar atentos, muito atentos ao que acontece no Planalto, aqui no Estado e na nossa querida Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, eu uso esse período de Comunicações para relatar duas reuniões importantes que nós tivemos essa semana, enquanto mandato. A primeira delas foi na semana passada, junto ao novo secretário de Mobilidade Urbana, para apresentar ao secretário Adão de Castro as antigas demandas em relação à gestão da bilhetagem, em relação às leis municipais que não estão sendo cumpridas, em relação à necessidade de uma fiscalização mais ativa por parte do Poder Executivo e também as demandas referentes aos ônibus alimentadores, ao D 43, às linhas que foram extintas na pandemia que ainda não regressaram, ao caos que é o nosso transporte público coletivo, sendo esse um dos principais problemas que o Município tem que enfrentar na atualidade. O transporte coletivo retrocedeu 20 anos na pandemia e é inadmissível nós termos que debater o aumento da passagem sem nenhuma contrapartida por parte da população que paga única e exclusivamente na roleta o custo desse serviço, que é um serviço muito mal prestado pela Associação dos Transportadores Privados. Então temos que enfrentar a máfia, temos que pensar uma nova licitação para o transporte da cidade, temos que ter coragem para enfrentar esse desafio que está posto. Não adiantou somente ter aplicado todo pacote do governo Marchezan, retirando os cobradores, retirando as isenções, permitindo a privatização da Carris. No início do ano, o secretário Záchia pede demissão e passa a bomba para o novo secretário, e de novo nós colocamos para ele: se não enfrentar a questão da gestão da bilhetagem, se não inserir no cálculo do IPCA a questão das receitas extratarifárias como a forma de abater o custo da tarifa, de nada vai adiantar ficar secando o gelo. Segunda reunião importante que nós tivemos foi com o secretário adjunto de Educação, o Mário, para fiscalizar os contratos da rede do Município, o contrato da limpeza da higienização da cozinha das trabalhadoras do Município, das escolas – se encerrou em fevereiro, nós estamos no mês de abril e até agora essas trabalhadoras não receberam suas rescisões. Nós enfrentamos esse mesmo problema com a Cootrario, nós enfrentamos esse mesmo problema com a empresa terceirizada Multiclean, nós avançamos na pauta no sentido de aprovar aqui nesta Câmara a possibilidade de o Município contratar diretamente essas trabalhadoras, essas 1.200 trabalhadoras, mas, infelizmente, não existe RH suficiente na Secretaria de Educação para fazer o encerramento de todos esses contratos. Houve um atraso nesse sentido. Hoje de manhã, nos reunimos com secretário André Barbosa para tentar colocar, na Ordem do Dia, o debate da folha suplementar. Até o dia 20 de abril, ficou o compromisso por parte do governo de pagar em folha suplementar as trabalhadoras da cozinha e da higienização das escolas, mas é inadmissível a Secretaria de Educação não

ter RH suficiente para fazer a baixa desses contratos. Nós entendemos que retroceder para uma terceirização é pior ainda. Hoje nós conseguimos acessar o secretário de Educação, nós conseguimos acessar o secretário de Administração e Patrimônio e conversar com eles sobre essas irregularidades. Quando era contrato terceirizado, nós somente conseguimos acessar as empresas, entrando na justiça – e eu digo isso porque é muito mais difícil fiscalizar quando é terceirizado, quando é concedido, quando é parceirizado. Olhem o que é a máfia do transporte da cidade, nós não queremos isso para os outros serviços que são prestados para o Município. Nós entendemos que a contratação direta ainda é o melhor caminho, mais eficiente, mais eficaz, mais produtivo e que garante mais direitos; só que para isso, também precisa haver modificações na lógica da gestão do Estado. Estado mínimo, essa ideia do estado liberal, com pouco servidor público, engessa também os processos no sentido de não ter o básico de funcionários para fazer com que os processos caminhem e andem dentro da secretaria. Foi isso que o adjunto nos colocou, e é essa a nossa crítica. Está faltando concurso para RH, está faltando concurso para administrativo, porque senão é o segundo ano que nós estamos enfrentando esse problema de atraso do pagamento de 1.200 trabalhadoras contratadas. Enfrentamos isso ano passado, talvez vamos enfrentar novamente este ano. Não entendemos que terceirizar seja o melhor caminho, visto o histórico de pilantragem destas empresas: MG Terceirização de Serviços, Multiclean, Cootrario. Não entendemos que esse seja o modelo mais adequado; contratar diretamente, para nós, ainda é mais avançado. Só que, para isso, precisa ter RH, porque senão a secretaria fica empurrando...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Presidenta. Se não fica esse empurra-empurra entre secretarias, e quem está pagando por tudo isso são as trabalhadoras da ponta que estão desde fevereiro sem receber suas rescisões, tendo que trabalhar sem vale-transporte, sem receber insalubridade, trabalhando 40 horas e recebendo só 30 horas. Hoje o secretário colocou: Karen, isso tem que partir da Secretaria de Educação. Só que a Secretaria de Educação, por falta de pessoal, não consegue estar na ponta das escolas no dia a dia para fazer essa análise, para trazer esse diagnóstico. Nós colocamos: está faltando pessoal da cozinha, estão faltando pessoas para fazer a higienização e limpezas nas escolas do Município. Esse diagnóstico tem que partir da Secretaria de Educação, ou seja, tem um *delay*, tem um vácuo entre aquilo que é necessidade, a secretaria é responsável por essas demandas e por aquilo que o governo vem apresentando para resolver e para sanar todas essas problemáticas. Eu trago isso aqui nesta tribuna porque são problemas sérios que o nosso povo enfrenta.

Transporte e falta de funcionários na rede de educação no Município, para nós, é prioridade. Infelizmente, a gente está indo para o segundo ano de governo sem ter uma política energética, eficiente, que traga respostas para essas demandas que vêm se acumulando. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Aprego processo SEI n° 145.00015/2022-38, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, comunicando seu afastamento do exercício da vereança, em razão da investidura no cargo público de Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Renda, do governo do Estado, a partir de 4 de abril de 2022, às 17h. Parabéns, Ver. Hamilton Sossmeier. Mais uma vez, desejamos sucesso nessa nova caminhada.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, Ver.^a Mônica, demais vereadoras, vereadores, público nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, quero aproveitar este tempo de liderança para homenagear o Sport Clube Internacional, que, no dia de hoje, completa 113 anos. No dia 4 de abril, há 113 anos, nascia o clube do povo do Rio Grande do Sul, o Sport Clube Internacional. E a minha história tem uma ligação muito grande com o Internacional. Lembro que ano de 1979, ainda menino, com 13 anos, estava na Rua da Praia, final do ano, quando o Inter foi campeão brasileiro em 1979, vendendo fitas e pôsteres do Internacional, que, na época, foi campeão invicto do campeonato brasileiro, o único clube campeão invicto de um campeonato brasileiro. Lembro também o inesquecível 17 de dezembro de 2006, quando, junto com meu filho, que hoje vai fazer 26 anos, assistimos e comemoramos a vitória do Sport Club Internacional frente ao Barcelona, mais um feito inesquecível para todos nós, colorados. Sei que vibrei muito e também não acreditava. Antes do jogo, era daqueles que achavam quase impossível, mas, como nada é impossível nesta vida, vencemos com o gol do Gabiru. Lembro, aqui nesta Casa, entre tantas e tantas homenagens que fizemos ao Internacional, aos seus dirigentes e profissionais, os 100 anos do Internacional. Eu já estava aqui como vereador e pude participar de uma cerimônia em que homenageamos o Sport Club Internacional, que hoje completa 113 anos. Há menos de quatro meses, tive a oportunidade, como vereador, de homenagear Abel Braga como Cidadão de Porto Alegre, treinador que nos deu, Ver. Cassiá, o maior título da história do nosso clube. Tive a honra, junto com os vereadores desta Casa, de aprovar de forma unânime e poder entregar a Abel Braga o Título de Cidadão de Porto Alegre. Como Presidente da Casa, pude participar também da entrega do Título de Cidadão de Porto Alegre ao D'Alessandro. São momentos felizes para um fanático colorado, Ver.^a Lourdes, a gente poder, como vereador, homenagear e estar presente em momentos marcantes na nossa vida. O Inter tem, na sua gênese, na sua criação, elementos que deveriam ser o norte de todas as instituições, Ver. Cezar Schirmer. Um clube que, desde sempre, agregou a todos independente de suas crenças, origens e raça;

um clube que tem uma história de luta e de superação de adversidades que pareciam intransponíveis, como o Estádio Beira-Rio, que foi construído em cima do rio. Sua torcida buscou e entregou cada tijolo, cada metro de areia e de argamassa para construir um estádio praticamente em cima do rio. É um clube que sempre lutou pelas adversidades. Vencer o Campeonato Mundial foi um dos maiores feitos de um clube brasileiro, e hoje nós podemos homenagear esse clube e essa torcida. Festejar um clube que traz alegrias para o povo do Rio Grande do Sul. Hoje, neste 4 de abril, quero parabenizar o Internacional, que completa 113 anos. Quero, em nome da Câmara de Vereadores, tenho certeza que de todos os vereadores, colorados e gremistas, desejar ao Sport Club Internacional e a sua grande torcida muita alegria e que possamos voltar com os grandes títulos que essa torcida merece. Muito obrigado, vereadora; muito obrigado, Sport Club Internacional, pelos momentos de alegrias. Parabéns, Internacional.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cezar Augusto Schirmer.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Mônica; cumprimento mais uma vez e desejo as boas-vindas ao colega de bancada, Ver. Cezar Schirmer, e também a assunção a secretário estadual do nosso outro colega, Hamilton Sossmeier, desejando sucesso a todos. Hoje eu quero falar sobre o Abril Laranja, que muitas pessoas desconhecem por que estamos comemorando o Abril Laranja. O Abril Laranja foi criado em 2006, pela Sociedade Americana para a Prevenção da Crueldade Animal – ASPCA, sigla em inglês, que criou com as cores da sua identidade e deu amplitude, no mundo inteiro, esta data para chamar atenção da crueldade contra qualquer tipo de animal.

O que são maus-tratos, o que que é crueldade? O que nós, no gabinete, fizemos? No mandato nós incluímos um rol que foi definido pelos médicos veterinários, e foi criada uma resolução, pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, ampliando o conceito do que são maus-tratos, porque, muitas vezes, há uma situação de maus-tratos, chega o fiscal, chega, às vezes, a outra autoridade de fiscalização e atesta que não são maus-tratos. Primeiro, tem que ter a presença de um veterinário para poder abrir todo um expediente para levar a denúncia em delegacias, a denúncia na justiça do que são maus-tratos. Com essa tipificação, nós incluímos em leis para facilitar a fiscalização da Guarda Municipal, a fiscalização dos fiscais da Prefeitura e auxiliar também nas decisões judiciais. Então, o Abril Laranja é o combate à crueldade não só dos animais domésticos, mas dos animais silvestres, do tráfico de animais; também temos as rinhas, que ficam enquadradas em crimes de maus-tratos; os maus-tratos a cães e gatos por ficarem mal acondicionados, falta de cuidados, higiene, alimentação e também espancamentos.

Nós temos todas essas leis, mas dependemos de ação, ação positiva cumprindo a Lei Federal nº 1464, que prevê reclusão de dois a cinco anos; é cadeia mesmo. Isso evoluiu nos últimos tempos, mas nós queremos chamar atenção do passivo existente, no momento em que retira o animal por crueldade ou por outro tipo de maus-tratos, para onde levar? Nós temos um passivo gigante e não adianta achar que nós vamos resgatar 20 mil animais por aí e levar para Prefeitura, para um canil municipal, para uma ONG, porque não tem mais locais para todos. Então, temos que chamar a sociedade para nos ajudar, para dar os devidos atendimentos. E quero chamar a atenção que nós temos ampliado os trabalhos na Prefeitura Municipal, e estamos contemplando essa ampliação de controle populacional para minimizar nascimentos no futuro, e também atendimentos descentralizados, que era uma proposta que muitos defendiam. Quero dizer ainda que só funciona se o prefeito estiver de acordo com essas ações públicas, porque senão a gente conhece nas cidades brasileiras o quanto ainda é deficiente esse atendimento. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Idenir Cecchim, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Venho nesta tribuna, primeiramente, Presidente, fazer uma saudação, cumprimentar o nosso Ver. Cezar Schirmer – seja muito bem-vindo, vereador. E quero dizer, Presidente Cecchim, que o primeiro vereador que assinou o acordo para que eu pudesse ser o Presidente desta Casa, no ano passado, foi o Ver. Schirmer, Ver. Cecchim. O vereador ia para Portugal e foi o primeiro vereador que abriu a assinatura do acordo, então, quero fazer o registro desse agradecimento.

E também o Ver. Sossmeier, que passa a assumir um grande desafio, em especial, ajudando aqueles que mais precisam, as pessoas pobres, as pessoas humildes, num cargo de enorme responsabilidade, o que eleva a Câmara Municipal, ter um vereador secretário de Estado, que eu tenho certeza, pela índole do vereador, que conviveu conosco, Cecchim, o ano passado todo junto à Mesa. É um vereador de conduta retilínea, um homem que trabalha na régua, eu tenho certeza que ele vai fazer a diferença para quem mais precisa, para o nosso povo pobre, para o nosso povo humilde.

Eu quero cumprimentar também, Ver.^a Lourdes, a senhora. Casualmente, ontem, estive em Teutônia conversando com a Ver.^a Roberta, que é da causa animal também. Esse projeto de lei em que o cidadão foi condenado por maus-tratos, ele não pode mais ter um bichinho em casa – é o ou não é, vereadora? Parabéns pela sua iniciativa. É nessa mesma linha, ela conversava conosco: "Olha, vou dar uma olhada

porque a minha parceira lá é a Ver.^a Lourdes, inclusive, já encaminhamos algumas adoções de cachorros.” Não é vereadora? E, realmente, Ver. Schirmer, está lá o cachorro, maltratado, acorrentado, o cidadão é condenado, aquele animal sai daquele cárcere para ir para uma adoção e, no outro dia, o cara bota outro cachorro ali, acorrentado. Está correta a iniciativa de Vossa Excelência, vereadora, estaremos com a senhora nesse projeto de muita valia. Todos nós temos muito carinho – tenho dois cachorrinhos lá em casa, um *dobermann* e um viralatinha, viralatê, que é um cachorro francês, não é Ver. Schirmer?

Mas eu queria também me somar à fala do nosso Ver. Mauro Pinheiro, fazer uma saudação a toda família colorada pelos 113 anos do Sport Club Internacional. Quero dizer que fui autor de alguns projetos de lei, o 17 de dezembro, por minha autoria, colocamos no calendário oficial do Município, o Dia do Torcedor Colorado; a Rua 17 de dezembro, ali no retorno da Imperadores, quem passa o Beira-Rio e retorna – aquele nome de rua também, por conta do título no Mundial. Então, não poderia deixar passar em branco, Ver. Cecchim, essa homenagem ao Inter. O Ver. Mauro Pinheiro mencionou aqui o título ao Abel; nós também protagonizamos aqui o título ao Marcelo Medeiros, que acho que teve um papel importante na retomada do Sport Club Internacional, numa situação difícil, sair da segunda divisão e voltar para a primeira – também fui autor. Então, hoje não poderia me furtar de vir a esta tribuna e cumprimentar todos aqueles que, de uma forma ou de outra, fizeram e fazem a história do nosso glorioso Sport Club Internacional.

Quero dizer que estamos também atentos às pautas, em especial das nossas frentes parlamentares. Hoje ainda conversei com o secretário André Machado, que vem tratando, a partir de uma iniciativa do governo Sebastião Melo, de priorizar políticas públicas de regularização fundiária, a nossa Frente Parlamentar em Apoio à Moradia Popular e a Regularização Fundiária; então, essa é uma pauta presente no nosso mandato. Agradeço a atenção do secretário André Machado, que tem corroborado, tem nos atendido no sentido de encaminhar as reintegrações, as remoções, as reacomodações, bem como as ações de usucapião e as inúmeras entregas de matrícula que já ocorreram e que vêm ocorrendo, e que parte também foram protagonizadas no período em que estive na Secretaria do Planejamento, de 2009 a 2014, onde fizemos 14 levantamentos topográficos e projetos urbanísticos. E hoje, gradualmente, vão sendo entregues essas matrículas e o domínio a essas pessoas, que têm o direito à moradia, a ter um teto.

Agradeço, Presidente, não quero estender no tempo. Muito obrigado, boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Apregoo Ofício n° 985/22, de autoria do Sr. Prefeito Municipal Sebastião Melo (Lê): “Senhor Presidente, Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência, com base no inc. I e § 1° do art. 92 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estarei ausente do

Município das 15h do dia 4 até as 23h35min do dia 7 de abril do corrente ano, a fim de acompanhar a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, que desobriga a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios da aplicação de percentuais mínimos da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício de 2020, em razão do desequilíbrio fiscal ocasionado pela pandemia de COVID-19. Além disso, irei acompanhar a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que estabelece reforma tributária para extinguir tributos e criar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). Ademais, cumprirei outras agendas de interesse do Município na Capital Federal. Registro, por oportuno, que na vacância assumirá o Senhor Vice-Prefeito, Ricardo Santos Gomes. Atenciosamente, saudações, Sebastião Melo, Prefeito de Porto Alegre.”

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1036/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 440/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Otávio Ubirajara Frota de Azevedo Júnior o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Seiscentos e Seis, localizado no Bairro Farrapos. **(SEI 019.00067/2021-79)**

PROC. Nº 0513/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 196/21, de autoria dos Vers. Claudio Janta e Pablo Melo e da Ver^a Comandante Nádia, que estabelece validade indeterminada, no Município de Porto Alegre, ao laudo médico pericial que ateste o Transtorno do Espectro Autista (TEA). **(SEI 218.00032/2021-01)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1049/21 – SUBSTITUTIVO Nº 01, de autoria dos Vers. Leonel Radde e Aldacir Oliboni, **ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 026/21**, que reorganiza o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre (CMS/POA), e revoga a Lei Complementar nº 277, de 20 de maio de 1992; a Lei Complementar nº 287, de 8 de janeiro de 1993; o art. 8º da Lei Complementar nº 395, de 26 de dezembro de 1996; e os arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 660, de 7 de dezembro de 2010. **(SEI 118.00308/2021-61)**

PROC. Nº 0829/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 346/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera para Rua Verginia Rosa Vidaletti Maffei a denominação do logradouro denominado Rua Borba Gato, no Bairro Lomba do Pinheiro. **(SEI 021.00158/2021-00)**

PROC. Nº 1089/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 469/21, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa Creche Domiciliar no Município de Porto Alegre. (SEI 034.00447/2021-98)

PROC. Nº 1161/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 512/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que denomina Rua Brasil de Jesus Antunes Bueno o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua C, localizado no Bairro Agronomia. (SEI 023.00028/2021-67)

PROC. Nº 1336/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 602/21, de autoria dos Vers. Alvoni Medina e José Freitas, que inclui a efeméride Dia Municipal do Evangelista Universal no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no segundo domingo do mês de agosto de cada ano. (SEI 020.00047/2021-96)

PROC. Nº 0167/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 089/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Wilma Erika Veit Schiefferdecker. (SEI 020.00009/2022-14)

PROC. Nº 0191/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 006/22, que autoriza a doação, com encargo ao Município de Viamão, de próprio municipal para fins de regularização fundiária. (SEI 118.00221/2022-75)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Cecchim, colegas vereadores, está tramitando, em 2ª sessão, o PLL nº 469/21, de minha autoria, que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa Creche Domiciliar, visando a regulamentação da atividade das mães crecheiras, que prestam cuidados em seu domicílio, de crianças de 0 a 5 anos de idade, em turno integral ou contraturno. O projeto visa regulamentar uma atividade que sabemos que já existe, principalmente nos territórios de maior vulnerabilidade social, onde as mães crecheiras atuam na informalidade e sem reconhecimento. Na verdade, nós sabemos que o número de crianças nas filas das creches é muito grande, são milhares, e esse projeto visa a diminuir essa fila de crianças, porque já existe a famosa plaquinha “cuida-se”, principalmente nas comunidades mais carentes. A ideia nossa é de que a Prefeitura venha a regulamentar essas famílias que já cuidam, essas crecheiras que já cuidam de crianças nas comunidades, principalmente nas mais carentes, que é para as mães irem trabalhar.

Por isso, nós rogamos aos nossos colegas vereadores que venham trabalhar em cima desse projeto para aprová-lo, no intuito de diminuir o número de crianças fora da creche ou fora de uma instituição. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, está correndo, em 2ª sessão de pauta, o substitutivo, aquele do Executivo que busca mudar a estrutura do Conselho Municipal de Saúde. Pois bem, vejam vocês que usam o Sistema Único de Saúde, nós, numa luta do povo brasileiro, enfrentando a ditadura, conseguimos tirar a população daquele período sombrio, garantindo, na Constituição, a democracia, a participação ampla e irrestrita de todas e todos na discussão dos destinos do orçamento público. Não são só os políticos que têm o direito de discutir para onde vai o dinheiro, de cobrar, não é só dos vereadores a tarefa de fiscalizar, é também dos conselhos, por isso é fundamental fortalecer a população na sua representação local, regional e municipal dentro dos conselhos – e aqui falo, especificamente, da saúde. O governo Melo, cidadão, está, nesse sentido, se afastando da democracia, da ampla participação. Claro, não é fácil ouvir, diretamente da população, a reclamação de que faltam dentistas, de que faltam insumos, de que a consulta demora. Semana passada, estive na vara de tutelas coletivas da Defensoria Pública, com grupo expressivo de cidadãs e cidadãos que não consegue acessar cirurgias, que não consegue acessar exames complexos, que está, há muito tempo, esperando na fila; só que a doença não espera, ela se agrava. Uma trabalhadora, motorista, está, há 16 anos, aguardando uma cirurgia na coluna, e se agravou, já duplicou a lesão na sua coluna. Ela não consegue mais trabalhar, ela vive abaixo de remédio. Não é um remédio fraco, não é esse remédio que a gente toma quando tem uma dor, um paracetamol, um dorflex, é morfina. São essas pessoas que precisam de um conselho robusto para reclamar, e não é reclamar do governo Melo, é reclamar de quaisquer governos, de quaisquer servidores públicos, sejam eles prefeitos, vereadores que não estejam garantindo o direito à saúde; sim, direito humano, direito constitucional, direito social vilipendiado em todas as instâncias. E a diluição e o enfraquecimento do conselho não ajudam! Não ajudam! Só nessa questão ortopédica, os ortopedistas no Município são poucos; tanto é que o número dela na fila é o nº 1.492. Sim! Há 1.491 pessoas antes dela, para poder chegar e sentar na frente de um ortopedista. Essa é a situação do SUS. E o prefeito responde a isso enfraquecendo o Sistema Único de Saúde e a participação popular.

Prefeito, o senhor mesmo ia no Orçamento Participativo. Por que é que o senhor faz isso? Agora, os conselhos, a democracia, a participação da cidadania diretamente, podendo deliberar e discutir o futuro de Porto Alegre... Ninguém é dono da verdade, Sebastião Melo! Nem eu, nem você e nem ninguém! É na confluência das

ideias, é na discussão que se constrói o melhor para o povo, e enfraquecer o conselho não serve nem ao senhor, nem a mim, nem à cidade. Porque é um passo atrás na democratização do processo de discussão das políticas públicas, especialmente de saúde deste Município. Eu me coloco contra o enfraquecimento do poder na mão do povo. O povo precisa ter espaço para discutir, e nós não podemos chamar o povo apenas em anos de eleição. O povo tem que estar todo dia dentro da Câmara, todo dia tem que ser acolhido, todo dia que tem que ser respeitado, tem que discutir e as suas demandas têm que ser atendidas. Não há Sistema Único de Saúde capaz de dar conta dos problemas históricos sem a participação direta da cidadania. Ouça isso, Sebastião Melo! Mude o tom da discussão! Melhore as condições de democratização e o serviço vai ser a melhorado pela boca do...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Ouvir o povo e construir com o povo deve ser o primeiro movimento de um gestor. Deixo aqui esse recado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h58min.)

* * * * *